



CONCURSO PÚBLICO

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ - PMPI



Universidade
Estadual do Piauí

PROVA ESCRITA OBJETIVA

CFO – Curso de Formação de Oficiais

DATA: 23/02/2014 – HORÁRIO: 9h às 13h (horário do Piauí)

LEIA AS INSTRUÇÕES:

- Você deve receber do fiscal o material abaixo:
 - Este caderno com 60 questões objetivas sem repetição ou falha.
 - Um CARTÃO-RESPOSTA destinado às respostas objetivas da prova.

OBS: Para realizar sua prova, use apenas o material mencionado acima e em hipótese alguma, papéis para rascunhos.
- Verifique se este material está completo, em ordem e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes do CARTÃO-RESPOSTA.
- Após a conferência, você deverá assinar seu nome completo, no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA utilizando caneta esferográfica com tinta de cor preta ou azul.
- Escreva o seu nome nos espaços indicados na capa deste CADERNO DE QUESTÕES, observando as condições para tal (assinatura e letra de forma), bem como o preenchimento do campo reservado à informação de seu número de inscrição.
- No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondentes às respostas de sua opção, deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim.
- Tenha muito cuidado com o CARTÃO-RESPOSTA, para não dobrar, amassar ou manchar, pois este é personalizado e em hipótese alguma poderá ser substituído.
- Para cada uma das questões são apresentadas cinco alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você deve assinalar apenas **uma alternativa para cada questão**; a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**; também serão nulas as marcações rasuradas.
- As questões são identificadas pelo número que fica à esquerda de seu enunciado.
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da Prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a este respeito.
- Reserve os 30 (trinta) minutos finais do tempo de prova para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão levados em conta.
- Quando terminar sua prova, assine a LISTA DE FREQUÊNCIA, entregue ao Fiscal o CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA, que deverão conter sua assinatura e impressão digital.
- O TEMPO DE DURAÇÃO PARA ESTA PROVA É DE **4h (quatro horas)**.
- Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se da sala de prova depois de decorridas **3h (três horas)** do seu início.
- O rascunho ao lado não tem validade definitiva como marcação do CARTÃO-RESPOSTA, destina-se apenas à conferência do gabarito por parte do candidato.

Nº DE INSCRIÇÃO

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|

Assinatura

Nome do Candidato (letra de forma)

RASCUNHO

| | | | |
|----|--|----|--|
| 01 | | 31 | |
| 02 | | 32 | |
| 03 | | 33 | |
| 04 | | 34 | |
| 05 | | 35 | |
| 06 | | 36 | |
| 07 | | 37 | |
| 08 | | 38 | |
| 09 | | 39 | |
| 10 | | 40 | |
| 11 | | 41 | |
| 12 | | 42 | |
| 13 | | 43 | |
| 14 | | 44 | |
| 15 | | 45 | |
| 16 | | 46 | |
| 17 | | 47 | |
| 18 | | 48 | |
| 19 | | 49 | |
| 20 | | 50 | |
| 21 | | 51 | |
| 22 | | 52 | |
| 23 | | 53 | |
| 24 | | 54 | |
| 25 | | 55 | |
| 26 | | 56 | |
| 27 | | 57 | |
| 28 | | 58 | |
| 29 | | 59 | |
| 30 | | 60 | |

NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS – NUCEPE
 FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da prova.

Nº DE INSCRIÇÃO

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

TEXTO 1

Discriminação racial no Brasil: existe ou não existe?

Mais uma vez a trabalho, estou na Pauliceia. Hospedado, graças à generosidade da empresa contratante, num estelar hotel situado na constelação da Alameda Santos. Pela primeira vez neste endereço, presto mais atenção à minha volta.

Cedo chegando ao café da manhã, vou prestando atenção aos hóspedes. Pela vez primeira noto, num hotel com estrelas de marechal, a extraordinária presença de negros (me desculpem os politicamente corretos, mas fui educado por militantes da escola *black power*, onde usar tal denominação era um atestado de afirmação contra a discriminação, um gesto de luta tal qual o dito repetido por Muhammad Ali: "*Black is beautiful!*" – sigo fiel a essas orientações e particularmente acho o epíteto "afrodescendente" uma tergiversação ridícula).

Seis pessoas de pele negra (nenhum mulato) e nove indivíduos de pele esbranquiçada. Uma relação inédita, em tais ambientes, a meus olhos. Menino! Parece mesmo que estão certas as teses acerca da inexistência da discriminação racial (mais especificamente, de cor da pele). Inegável. Pioneiramente, estava podendo checar uma participação paritária em termos de tons da epiderme e traços étnicos (cabelos, narizes, lábios...) que desmontavam a minha visão sobre este tema. Achava eu até então que a discriminação racial (de cor) era tragicamente real no Brasil e, numa análise de resultados sociais, mais danosa que a historicamente registrada nos Estados Unidos.

Até este café da manhã tinha certeza sobre a hipocrisia da "integração racial" brasileira. À minha vista, a paz aparente estaria ligada à pouca inserção socioeconômica das pessoas de pele negra e traços negroides. Enxergava eu nos conflitos pesados que marcaram boa parte da história norte-americana a contradição básica da disputa duríssima pelos espaços sociais e econômicos nos Estados Unidos. Negros e brancos iam aos tapas, acreditava, mais em função dessa batalha pelos nichos de mercado, pela proeminência social – certamente padecia este acima-assinado de alguma miopia marxista, entronchando o cenário para este lado. Nessa forma de ver, lobrigava eu na explícita modificação do *modus vivendi* ianque (o presidente negro não me deixaria mentir) uma estabilização e consolidação da inserção socioeconômica do *black people* no *american life*. Seria a paz pela inevitabilidade dos de pele negra tomarem café da manhã paritariamente com os de pele rosada num estabelecimento de considerável luxo.

Achava que tal cena só poderia ser vista nos Estados Unidos. Mas eu a estava vendo no Brasil! Cena maravilhosa! Enfim, os brasileiros de pele negra e cabelo pixaim estavam sentados lado a lado, em pé de igualdade quantitativa, com brasileiros de pele esbranquiçada e cabelos lisos.

Enlevado com a visão, fui atentando para outro sentido: a audição. Com instinto jornalístico, afinei os ouvidos para intrometer-me na conversa alheia. Do que conversariam tão animadamente, igualmente empolgados?

Mobilizados, os tímpanos foram expandido seu raio de ação. A audição espalhou-se para as miscigenadas

mesas ao redor. Que falavam? Não entendi. Monoglota, lamentei pela enésima vez essa minha debilidade educacional. Era o bom e velho inglês o idioma. Triste, fui recolhendo a atenção, encerrando o desjejum e, descabreado, retornei à realidade brasileira.

Eram americanos os incluídos de pele negra!...

Enio Lins. Disponível em:
<http://blogsda gazetaweb.com.br/eniolins/?p=1530>.
Acesso em 24/01/2014. Adaptado.

01. Acerca da relação entre o Texto 1 e seu título, é correto afirmar que:

- A) o texto não chega a responder, para o leitor, se existe ou não discriminação racial no Brasil.
- B) texto e título têm pouca relação, já que o texto não aborda a proposta temática do título.
- C) por tratar das diferenças entre o Brasil e os Estados Unidos, o texto requer outro título.
- D) a inadequação do título deve-se ao fato de o texto não focalizar o Brasil, mas os Estados Unidos.
- E) o texto responde, afirmativamente e de maneira implícita, à questão levantada no título.

02. Acerca de aspectos da tipologia do Texto 1, analise o que se afirma a seguir.

- 1) O texto é marcadamente dissertativo, com introdução, desenvolvimento e conclusão bem definidos.
- 2) No texto, o autor privilegia a narração, por meio da qual defende seu ponto de vista.
- 3) Ao longo do texto, trechos descritivos são utilizados para dar ao leitor a visão precisa das cenas narradas.
- 4) O autor opta por elaborar um texto prioritariamente expositivo, com diversos trechos injuntivos.

Está(ão) correta(s), apenas:

- A) 1 e 3.
- B) 4.
- C) 2 e 3.
- D) 1.
- E) 2 e 4.

03. Considerando as características formais e comunicativas do Texto 1, é correto afirmar que ele circula, preferencialmente, no domínio:

- A) jornalístico.
- B) publicitário.
- C) religioso.
- D) jurídico.
- E) literário.

04. "Hospedado, graças à generosidade da empresa contratante, num estelar hotel situado na constelação da Alameda Santos.". Com o segmento destacado nesse trecho, o autor pretendeu expressar:

- A) causalidade.
- B) conformidade.
- C) condição.
- D) comparação.
- E) conclusão.

05. No trecho: “Pela vez primeira noto, num hotel com estrelas de marechal, a extraordinária presença de negros [...]”, a metáfora expressa a ideia de:

- A) hotel para militares.
- B) hotel muito simples.
- C) hotel bastante iluminado.
- D) hotel bastante luxuoso.
- E) hotel com pessoas famosas.

06. Analise os enunciados abaixo, no que tange à concordância.

- 1) Depois que se celebrou as pazes entre brancos e negros, vê-los juntos não é mais novidade.
- 2) Naquele ambiente, quantos haveriam de prestar atenção em quem tomava café?
- 3) Já faz muitos anos que brancos e negros convivem pacificamente.
- 4) Se acabaram os preconceitos não se sabe; mas certamente deixarão eles muitas marcas.

Estão de acordo com a norma padrão da língua:

- A) 1 e 2, apenas.
- B) 2, 3 e 4, apenas.
- C) 1, 3 e 4, apenas.
- D) 1 e 4, apenas.
- E) 1, 2, 3 e 4.

TEXTO 2

O racismo é burrice, mas o mais burro não é o racista
É o que pensa que o racismo não existe
O pior cego é o que não quer ver
E o racismo está dentro de você
Porque o racista na verdade é um tremendo babaca
Que assimila os preconceitos porque tem cabeça fraca
E desde sempre não para pra pensar
Nos conceitos que a sociedade insiste em lhe ensinar
E de pai pra filho o racismo passa
Em forma de piadas que teriam bem mais graça
Se não fossem o retrato da nossa ignorância
Transmitindo a discriminação desde a infância
E o que as crianças aprendem brincando
É nada mais nada menos do que a estupidez se propagando
Nenhum tipo de racismo - eu digo nenhum tipo de racismo -
se justifica
Ninguém explica
Precisamos da lavagem cerebral pra acabar com esse lixo
que é uma herança cultural
Todo mundo que é racista não sabe a razão
Então eu digo meu irmão
Seja do povão ou da “elite”
Não participe
Pois como eu já disse racismo é burrice
Como eu já disse racismo é burrice
Racismo é burrice
E se você é mais um burro, não me leve a mal
É hora de fazer uma lavagem cerebral
Mas isso é compromisso seu
Eu nem vou me meter
Quem vai lavar a sua mente não sou eu
É você.

Gabriel o Pensador. Trecho da música “Racismo é burrice”.
Disponível em: <http://www.kboing.com.br/musica-e-letra/gabriel-o-pensador/42793-racismo-e-burrice>. Acesso em 27/01/14.

07. No Texto 2, a posição explícita do autor se expressa, dentre outros meios, por uma linguagem contundente, quase ofensiva. Isso não se evidencia no trecho:

- A) “E o racismo está dentro de você”.
- B) “o racista na verdade é um tremendo babaca”.
- C) “Precisamos da lavagem cerebral pra acabar com esse lixo”.
- D) “E o que as crianças aprendem brincando [...] é a estupidez se propagando”.
- E) “se você é mais um burro, não me leve a mal”.

08. “Porque o racista na verdade é um tremendo babaca / Que assimila os preconceitos porque tem cabeça fraca”. No contexto do Texto 2, o autor seleciona o eufemismo presente nesse trecho para defender que o racismo é prova de:

- A) baixa escolaridade.
- B) grande miséria.
- C) pouca inteligência.
- D) nenhuma autoestima.
- E) falta de caráter.

09. Segundo o Texto 2, o racismo:

- 1) é aprendido no convívio social.
- 2) revela uma pessoa acrítica.
- 3) é transmitido de geração em geração.
- 4) é um mal que pode ser superado.

Estão corretas:

- A) 1, 2 e 3, apenas.
- B) 1, 2 e 4, apenas.
- C) 1, 3 e 4, apenas.
- D) 2, 3 e 4, apenas.
- E) 1, 2, 3 e 4.

TEXTO 3

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a AMAR.”

Nelson Mandela

03 de Julho

Dia nacional de combate à discriminação racial.

Disponível em: <http://noticias.ufsc.br/2013/07/hoje-e-o-dia-nacional-de-combate-a-discriminacao-racial>. Acesso em 27/01/14

10. No Texto 3, Nelson Mandela defende que:

- A) o preconceito pode existir mesmo quando amamos as pessoas a nossa volta.
- B) ao contrário do que se pensa, o oposto do amor não é o ódio, e sim o preconceito.
- C) somente a religião é capaz de transformar o ódio aos semelhantes em amor.
- D) cultivar o amor ou o ódio é parte de nossa responsabilidade social.
- E) preconceitos contra a cor da pele, origem ou religião são inatos no ser humano.

Legislação da Polícia Militar do Piauí

11. Com relação à carreira policial militar no Estado do Piauí, assinale a alternativa correta.
- A) A carreira policial-militar é privativa do pessoal da ativa e dos inativos. Inicia-se com o ingresso na Polícia Militar e obedece à sequência de graus hierárquicos.
 - B) Os policiais militares de carreira são os que, no desempenho voluntário e permanente do serviço policial-militar, têm vitaliciedade assegurada.
 - C) Os policiais militares da reserva remunerada poderão ser convocados para o serviço ativo, em caráter transitório e mediante aceitação voluntária, por ato do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Piauí, desde que haja conveniência para o serviço.
 - D) É privativa de brasileiro nato e de estrangeiro naturalizado a carreira de Oficial da Polícia Militar.
 - E) Durante o prazo de 2 (dois) anos, contados da posse, não poderá o militar ser afastado da atividade de policiamento ostensivo nem ser removido, redistribuído ou transferido, exceto nos casos de comprovada necessidade, cabendo exclusivamente ao Comandante Geral da Polícia Militar a formalização dos respectivos atos.
12. Com relação à hierarquia e à disciplina previstas no Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Piauí, é correto afirmar que:
- A) a hierarquia policial-militar é a ordenação de autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar. A ordenação se faz por posto.
 - B) a hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.
 - C) a hierarquia policial-militar é a ordenação de autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar. A ordenação se faz por graduação.
 - D) a disciplina e o respeito à estrutura hierárquica devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida, mas apenas entre policiais militares da ativa e da reserva remunerada.
 - E) a disciplina e o respeito à estrutura hierárquica devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida, mas apenas entre policiais militares da ativa e reformados.
13. O oficial da Polícia Militar do Piauí será submetido a Conselho de Justificação, a pedido ou "ex officio", quando for:
- A) acusado oficialmente ou por qualquer meio lícito de comunicação social de ter praticado ato que afete a honra pessoal, o pundonor policial militar ou o decoro da classe.
 - B) condenado por crime de natureza dolosa ou culposa, não previsto na legislação especial concernente à Segurança Nacional, em Tribunal Civil ou Militar, à pena restrita de liberdade individual até 02 (dois) anos, tão logo transite em julgado a sentença.
 - C) condenado por crime de natureza dolosa ou culposa, não previsto na legislação especial concernente à Segurança Nacional, em Tribunal Civil ou Militar, à pena restrita de liberdade individual até 04 (quatro) anos, tão logo transite em julgado a sentença.
 - D) condenado por crime de natureza dolosa, não previsto na legislação especial concernente à Segurança Nacional, em Tribunal Civil ou Militar, à pena restrita de liberdade individual até 04 (quatro) anos, tão logo transite em julgado a sentença.
 - E) condenado por crime de natureza dolosa, previsto na legislação especial concernente à Segurança Nacional, em Tribunal Civil ou Militar, à pena restrita de liberdade individual até 04 (quatro) anos, tão logo transite em julgado a sentença.
14. Todo policial militar que tiver conhecimento de um fato contrário à disciplina deverá participar a seu chefe imediato, por escrito ou verbalmente. No caso de participar o fato contrário à disciplina a seu chefe imediato, verbalmente, deve confirmar a participação, por escrito, no prazo máximo de:
- A) 72 horas.
 - B) 96 horas.
 - C) 12 horas.
 - D) 24 horas.
 - E) 48 horas.

Legislação Especial Aplicada à Segurança Pública

- 15.** Segundo a Lei nº 10.826/2003, é crime disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime. O crime em questão prevê as seguintes penas:
- A) reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, ou multa.
 - B) reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, ou multa.
 - C) reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.
 - D) reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
 - E) reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, ou multa.
- 16.** Com relação a processos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, criados pela União, pelo Distrito Federal, pelos Territórios e pelos Estados, em conformidade com o que preconiza a Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa correta.
- A) Os processos orientar-se-ão pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, apenas a transação.
 - B) Os processos orientar-se-ão pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
 - C) Os processos orientar-se-ão pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, apenas a conciliação.
 - D) Os processos orientar-se-ão pelos critérios da oralidade, simplicidade, formalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação e a transação.
 - E) Os processos orientar-se-ão pelos critérios da oralidade, simplicidade, formalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
- 17.** A Lei nº 8.429/92 dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Segundo o mencionado diploma legal, constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente. O crime citado prevê as seguintes penas:
- A) 06 (seis) a 10 (dez) meses, e multa.
 - B) 08 (oito) a 10 (dez) meses, e multa.
 - C) 04 (quatro) a 10 (dez) meses, ou multa.
 - D) 03 (três) a 06 (seis) meses, ou multa.
 - E) 03 (três) a 08 (oito) meses, ou multa.
- 18.** Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade, é crime previsto na Lei nº 10.471/2003 (Estatuto do Idoso). O crime previsto no Estatuto do Idoso prevê as seguintes penas:
- A) detenção de 1 (um) mês a 6 (seis) meses, e multa.
 - B) detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, ou multa.
 - C) reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.
 - D) detenção de 1 (um) mês a 6 (seis) meses, ou multa.
 - E) reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, ou multa.
- 19.** Segundo a Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente é crime punido com as seguintes penas:
- A) reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, ou multa.
 - B) reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.
 - C) reclusão, de 4 (quatro) a 6 (seis) anos, ou multa.
 - D) reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.
 - E) reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, ou multa.
- 20.** Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente é infração administrativa prevista na Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa infração é punida com a seguinte pena:
- A) multa de 2 (dois) a 20 (vinte) salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.
 - B) multa de 4 (quatro) a 20 (vinte) salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.
 - C) multa de 8 (oito) a 20 (vinte) salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.
 - D) multa de 10 (dez) a 20 (vinte) salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.
 - E) multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Conhecimentos Específicos

Direito Penal

- 21.** Sobre os princípios constitucionais do Direito Penal, assinale a alternativa correta.
- A) Via de regra, a lei penal não retroage no tempo; porém, quando a nova lei beneficiar o réu, mesmo que transitada em julgado sentença condenatória, poderá este ser beneficiado.
 - B) Em nenhuma hipótese se admitem penas de caráter cruel, a exemplo das penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados e a pena de morte.
 - C) No caso de morte do condenado à pena restritiva de direito, respondem penal e civilmente seus herdeiros em linha reta ou colateral até o 2º grau.
 - D) Segundo o princípio da legalidade, a tipificação da conduta delituosa praticada como crime independe da existência da correspondência entre a conduta praticada e a previsão legal.
 - E) O princípio da intervenção mínima do Direito Penal encontra expressão no princípio da fragmentariedade e na teoria da imputação objetiva.
- 22.** Em relação às causas de exclusão da culpabilidade, é correto afirmar que:
- A) a culpabilidade é excluída quando há embriaguez fortuita incompleta.
 - B) reconhecida a excludente de obediência hierárquica, responde pelo crime, apenas, o superior de quem emanou a ordem, ainda que manifestamente ilegal.
 - C) a embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, poderá gerar a redução da pena do agente, desde que se encontrem presentes os requisitos legais.
 - D) não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade, com exceção em relação aos agentes que têm em suas atribuições legais o enfrentamento das situações que o expõem a perigo.
 - E) os menores de 16 anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas em legislação especial.
- 23.** Quanto à participação de mais de um agente na prática de conduta tipificada como crime, é correto afirmar que:
- A) ao agente que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes cabe penalidade mais grave em relação aos demais participantes.
 - B) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominada, na mesma proporção dos demais agentes.
 - C) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime.
 - D) no crime de extorsão mediante sequestro cometido em concurso, mesmo que o concorrente denuncie à autoridade, facilitando a liberação do sequestrado, não cabe a redução de sua pena, em face da natureza do crime.
- E) a instigação, o ajuste, a determinação ou o auxílio serão sempre puníveis, ainda que o crime não tenha sido consumado ou mesmo tentado.
- 24.** Considere os seguintes crimes contra a Administração Pública:
- 1) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
 - 2) apropriar-se de dinheiro ou de qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.
 - 3) exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
 - 4) solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- As proposições acima correspondem, respectivamente, aos crimes de:
- A) concussão, peculato, corrupção passiva e prevaricação.
 - B) condescendência criminosa, peculato, prevaricação e concussão.
 - C) prevaricação, peculato, concussão e corrupção passiva.
 - D) prevaricação, peculato, corrupção passiva e concussão.
 - E) concussão, corrupção passiva, peculato e prevaricação.
- 25.** Quanto às normas que disciplinam a aplicação territorial da lei penal, é correto afirmar que:
- A) somente é possível a homologação da sentença estrangeira quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, para sujeitar o condenado à medida de segurança.
 - B) considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
 - C) a única hipótese em que é dispensável o requerimento dos interessados para homologação de sentença estrangeira no Brasil é quando envolve condenação em obrigação de reparação de danos.
 - D) as normas contidas no Código Penal Brasileiro se sobrepõem às normas legais de caráter especial, quando divergirem entre si, no que se refere aos fatos incriminados por lei específica.
 - E) de acordo com as regras que disciplinam a contagem do prazo penal, exclui-se no cômputo, dia do começo, desprezando-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de dia.

Direito Constitucional

26. Com relação aos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- A) É passível de extradição o estrangeiro que cometer crime político ou de opinião.
- B) Têm legitimidade para impetrar ação de mandado de segurança coletivo apenas os partidos políticos e as organizações sindicais.
- C) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir liberdade provisória, com ou sem fiança.
- D) A prisão ilegal depende de requerimento à autoridade policial.
- E) Em casos de guerra declarada, em razão da situação emergencial, admite-se até mesmo a produção de provas obtidas por meios ilícitos.

27. A República Federativa do Brasil tem, entre outros fundamentos, o:

- A) da liberdade individual de ir e vir.
- B) da garantia do desenvolvimento nacional.
- C) da prevalência dos direitos humanos.
- D) de promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- E) da dignidade da pessoa humana.

28. Em relação ao processo legislativo, é incorreto afirmar que:

- A) a Constituição Federal poderá ser emendada por decisão de pelo menos três quintos da totalidade dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- B) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a separação dos Poderes.
- C) em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.
- D) é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada.
- E) o veto parcial a projeto de lei somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

29. Sobre o Poder Judiciário, analise as proposições a seguir.

- 1) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e prolatadas em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria simples de seus membros.
- 2) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- 3) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados.
- 4) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

Estão corretas, apenas:

- A) 1 e 2.
- B) 3 e 4.
- C) 2 e 3.
- D) 1, 2 e 4.
- E) 2, 3 e 4.

30. São legitimados para propor Ação Declaratória de Constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:

- A) o Presidente da República, o Vice-Presidente da República e o Governador de Estado.
- B) o Governador de Estado, a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal e entidade de classe de âmbito nacional.
- C) o Presidente da República, o Governador do Distrito Federal e o Prefeito Municipal.
- D) o Procurador Geral da República, o Advogado Geral da União e entidade de classe de âmbito nacional.
- E) o Governador de Estado, o Procurador Geral da República e o Prefeito Municipal.

Direito Processual Penal

31. Sobre o Inquérito Policial, é correto afirmar que:

- A) não cabe a apresentação de defesa quando a autoridade indefere requerimento de inquérito por parte do ofendido, quando se trata de crimes de ação pública.
- B) as peças do inquérito policial serão acostadas em um único processo, reduzidas a escrito e rubricadas pela autoridade competente, sendo dispensável, apenas, reduzir a termo os depoimentos das testemunhas.
- C) após a remessa do inquérito à autoridade policial, é vedado ao representante do Ministério Público requerer a devolução do inquérito para a prática de novas diligências, salvo se estas forem imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- D) sempre que se entender necessário, independentemente de despacho nos autos, será cabível a incomunicabilidade do indiciado, quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir.
- E) a autoridade tem por obrigação atender todas as diligências requeridas pelo ofendido ou por seu representante legal, e pelo indiciado, em respeito ao direito constitucional da ampla defesa.

32. Analise as proposições abaixo, a respeito da produção de provas no processo penal.

- 1) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- 2) O exame de corpo de delito só poderá ser realizado durante o dia e mediante autorização judicial.
- 3) Se o interrogado negar a acusação, no todo ou em parte, poderá prestar esclarecimentos e indicar provas.
- 4) O silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.

Estão corretas, apenas:

- A) 1, 3 e 4.
- B) 1, 2 e 4.
- C) 2 e 3.
- D) 2, 3 e 4.
- E) 3 e 4.

33. No que se refere à penalidade privativa da liberdade, é incorreto afirmar que:

- A) os presos temporários deverão permanecer, obrigatoriamente, separados dos demais detentos.
- B) o réu afiançado não poderá, sob pena de quebração da fiança, mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante.
- C) durante a tramitação do processo, a autoridade poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
- D) decorrido o prazo de 15 dias de detenção, o preso deverá ser posto imediatamente em liberdade, salvo se já tiver sido decretada sua prisão preventiva.
- E) na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto de prisão em flagrante, depois de prestado o compromisso legal.

34. Assinale a alternativa correta.

- A) Em qualquer situação, as autoridades somente poderão penetrar no território de jurisdição alheia apresentando-se à competente autoridade local, sempre antes da realização da diligência.
- B) Para a determinação da competência por conexão ou continência, havendo concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá aquela.
- C) A unidade do processo importará a do julgamento, ficando sobrestado o processo em que houver corréu foragido que não possa ser julgado à revelia.
- D) Nas hipóteses de concurso de jurisdição da mesma categoria, para fins de determinação da competência por conexão ou continência, não será permitido se firmar a competência pela prevenção.
- E) Para a determinação da competência por conexão ou continência, havendo concurso de jurisdição de diversas categorias, predominará a de maior graduação.

35. Sobre “habeas corpus”, é correto afirmar que:

- A) o *habeas corpus* poderá ser impetrado em favor daquele que se achar na iminência de sofrer coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, inclusive nos casos de punição disciplinar.
- B) tem legitimidade para impetrar o *habeas corpus* qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como o representante do Ministério Público.
- C) na hipótese do *habeas corpus* ser concedido em virtude de nulidade do processo, não é possível a sua renovação.
- D) o representante do Ministério Público não possui legitimidade para impetrar *habeas corpus* em crime de Ação Penal Privada.
- E) não se admite a expedição de ordem de *habeas corpus* de ofício pelos juízes e tribunais, estando condicionada a requerimento do interessado.

Direito Administrativo

36. A qualidade do ato administrativo pela qual este pode se impor a terceiros, independentemente de sua concordância, decorre do:

- A) atributo da autoexecutoriedade.
- B) atributo da presunção de legitimidade.
- C) atributo da exigibilidade.
- D) requisito da competência.
- E) atributo da imperatividade.

37. Sobre agentes públicos, assinale a alternativa incorreta.

- A) O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, investido no mandato de Prefeito, receberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, se houver compatibilidade de horários.
- B) Os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
- C) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- D) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratória para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- E) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

38. No que tange aos contratos administrativos, é correto afirmar que:

- A) as disposições legais de Direito Privado que regem a relação contratual não se aplicam aos contratos firmados pelos órgãos e instituições da Administração Pública, independentemente do objetivo ou das circunstâncias em que são firmados.
- B) a rescisão administrativa ou amigável do contrato administrativo deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- C) a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, não se aplicando as previstas em lei ou regulamento.
- D) poderá ser rescindido o contrato administrativo quando da ocorrência de caso fortuito ou força maior, desde que sejam regularmente comprovados, sendo irrelevante se tem ou não relação direta com o motivo impeditivo da execução contratual.
- E) ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução poderá ser prorrogado pelo limite máximo correspondente à metade do prazo de vigência do contrato, mediante requerimento do contratado.

39. Sobre as regras que disciplinam o processo licitatório contidas na Lei nº 8666/93, é correto afirmar que:

- A) considera-se inexigível a licitação para contratação de impressão de diário oficial.
- B) é vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.
- C) é dispensável a licitação quando houver inviabilidade jurídica de se instaurar competição entre eventuais interessados no objeto do certame.
- D) a alienação de bens imóveis da Administração adquiridos por meio de dação em pagamento pode ser feita com dispensa de licitação.
- E) é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, permitindo-se, inclusive, exigir que o licitante supra a omissão e complemente a documentação ou informação deveria constar originariamente na proposta.

40. Nos termos do disposto na Lei nº 8.987/95, que trata dos regimes de concessão e permissão de serviço público, analise as seguintes proposições.

- 1) As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.
- 2) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica.
- 3) O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.
- 4) Para fins de concessão e permissão, o ato de delegação deve abranger integralmente o exercício da atribuição delegada, sendo vedada a imposição de ressalvas ou limitações.

Estão corretas, apenas:

- A) 1 e 2.
- B) 1 e 4.
- C) 3 e 4.
- D) 1, 2, e 3.
- E) 2, 3 e 4.

Direito Penal Militar

41. Com relação à Lei Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- A) O defeito do ato de incorporação exclui a aplicação da lei penal militar, salvo se alegado ou conhecido antes da prática do crime.
- B) O militar da reserva, ou reformado, conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, para o efeito da aplicação da lei penal militar, apenas quando pratica crime militar.
- C) Os militares estrangeiros, quando em comissão ou estágio nas forças armadas, ficam sujeitos à lei penal militar brasileira, ressalvado o disposto em tratados ou convenções internacionais.
- D) A pena privativa da liberdade por mais de quatro anos, aplicada a militar, é cumprida em penitenciária militar e, na falta dessa, em estabelecimento prisional civil, ficando o recluso ou detento sujeito ao regime conforme a legislação penal comum, de cujos benefícios e concessões também poderá gozar.
- E) A pena privativa da liberdade por mais de três anos, aplicada a militar, é cumprida em penitenciária militar e, na falta dessa, em estabelecimento prisional civil, ficando o recluso ou detento sujeito ao regime conforme a legislação penal comum, de cujos benefícios e concessões também poderá gozar.

- 42.** Dentre as “Penas Principais” previstas no Código Penal Militar temos a “Pena de Morte”, que é executada por fuzilamento. A sentença definitiva de condenação à morte é comunicada, logo que passe em julgado, ao Presidente da República, e não pode ser executada senão depois de:
- A) 30 (trinta) dias após a comunicação.
 - B) 07 (sete) dias após a comunicação.
 - C) 15 (quinze) dias após a comunicação.
 - D) 05 (cinco) dias após a comunicação.
 - E) 02 (dois) dias após a comunicação.
- 43.** Com relação às “Penas Principais” previstas no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.
- A) O mínimo da pena de reclusão é de um ano, e o máximo de trinta anos; o mínimo da pena de detenção é de quinze anos, e o máximo de dez anos.
 - B) O mínimo da pena de reclusão é de um ano, e o máximo de trinta anos; o mínimo da pena de detenção é de trinta dias, e o máximo de quinze anos.
 - C) O mínimo da pena de reclusão é de um ano, e o máximo de trinta anos; o mínimo da pena de detenção é de dez dias, e o máximo de quinze anos.
 - D) O mínimo da pena de reclusão é de um ano, e o máximo de trinta anos; o mínimo da pena de detenção é de trinta dias, e o máximo de dez anos.
 - E) O mínimo da pena de reclusão é de um ano, e o máximo de trinta anos; o mínimo da pena de detenção é de dez dias, e o máximo de dez anos.
- 44.** A perda de posto e patente é uma “Pena Acessória” prevista no Código Penal Militar e resulta da condenação a pena privativa de liberdade por tempo superior a:
- A) dois anos, e importa a perda das condecorações.
 - B) dois anos, e não importa a perda das condecorações.
 - C) quatro anos, e não importa a perda das condecorações.
 - D) quatro anos, e importa a perda das condecorações.
 - E) oito anos, e não importa a perda das condecorações.
- 45.** Fica sujeito à declaração de indignidade para o oficialato o militar condenado, qualquer que seja a pena, pelos crimes de:
- A) traição, espionagem ou recusa de obediência.
 - B) traição, recusa de obediência ou covardia.
 - C) recusa de obediência, espionagem ou covardia.
 - D) oposição à ordem de sentinela, traição e espionagem.
 - E) traição, espionagem ou covardia.
- 46.** Fica sujeito à declaração de incompatibilidade com o oficialato o militar condenado pelos crimes de:
- A) praticar ato de hostilidade contra país estrangeiro, expondo o Brasil a perigo de guerra e provocar, diretamente, país estrangeiro a declarar guerra ou mover hostilidade contra o Brasil ou a intervir em questão que respeite à soberania nacional.
 - B) praticar, indevidamente, no território nacional, ato de jurisdição de país estrangeiro, ou favorecer a prática de ato dessa natureza e violar território estrangeiro, com o fim de praticar ato de jurisdição em nome do Brasil.
 - C) entrar em entendimento com país estrangeiro, ou organização nele existente, para gerar conflito ou divergência de caráter internacional entre o Brasil e qualquer outro país, ou para lhes perturbar a relações diplomáticas e tentar submeter o território nacional, ou parte dele, à soberania de país estrangeiro.
 - D) entrar ou tentar entrar em entendimento com país estrangeiro, para empenhar o Brasil à neutralidade ou à guerra, e praticar ato de hostilidade contra país estrangeiro, expondo o Brasil a perigo de guerra.
 - E) conseguir, para o fim de espionagem militar, notícia, informação ou documento, cujo sigilo seja de interesse da segurança externa do Brasil e provocar, diretamente, país estrangeiro a declarar guerra ou mover hostilidade contra o Brasil ou a intervir em questão que respeite à soberania nacional.
- 47.** O crime militar de “recusar obedecer à ordem do superior sobre assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução” prevê a seguinte pena:
- A) reclusão, de dois a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.
 - B) detenção, de um a dois anos, se o fato não constitui crime mais grave.
 - C) detenção, de dois a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.
 - D) detenção, de seis meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.
 - E) reclusão, de dois a seis anos, se o fato não constitui crime mais grave.

48. Com relação ao Inquérito Policial Militar, assinale a alternativa correta.

- A) Independentemente de flagrante delito, o indiciado poderá ficar detido, durante as investigações policiais, até trinta dias, comunicando-se a detenção à autoridade judiciária competente. Esse prazo poderá ser prorrogado, por mais vinte dias, pelo comandante da Região, Distrito Naval ou Zona Aérea, mediante solicitação fundamentada do encarregado do inquérito e por via hierárquica.
- B) O inquérito é sigiloso, mas seu encarregado pode permitir que dele tome conhecimento o cônjuge do indiciado.
- C) Independentemente de flagrante delito, o indiciado poderá ficar detido, durante as investigações policiais, até trinta dias, comunicando-se a detenção à autoridade judiciária competente. Esse prazo poderá ser prorrogado, por mais quinze dias, pelo comandante da Região, Distrito Naval ou Zona Aérea, mediante solicitação fundamentada do encarregado do inquérito e por via hierárquica.
- D) Independentemente de flagrante delito, o indiciado poderá ficar detido, durante as investigações policiais, até trinta dias, comunicando-se a detenção à autoridade judiciária competente. Esse prazo poderá ser prorrogado, por mais dez dias, pelo comandante da Região, Distrito Naval ou Zona Aérea, mediante solicitação fundamentada do encarregado do inquérito e por via hierárquica.
- E) Independentemente de flagrante delito, o indiciado poderá ficar detido, durante as investigações policiais, até dez dias, comunicando-se a detenção à autoridade judiciária competente. Esse prazo poderá ser prorrogado, por mais dez dias, pelo comandante da Região, Distrito Naval ou Zona Aérea, mediante solicitação fundamentada do encarregado do inquérito e por via hierárquica.

49. As testemunhas e o indiciado, exceto em caso de urgência inadiável, que constará da respectiva assentada, devem ser ouvidos durante o dia, em período que medeia entre:

- A) as 08 e as 18 horas.
- B) as 07 e as 17 horas.
- C) as 07 e as 18 horas.
- D) as 07 e as 13 horas.
- E) as 08 e as 13 horas.

50. A testemunha não será inquirida por mais de:

- A) quatro horas consecutivas, sendo-lhe facultado o descanso de uma hora, sempre que tiver de prestar declarações além daquele termo. O depoimento que não ficar concluído às dezoito horas será encerrado, para prosseguir no dia seguinte, em hora determinada pelo encarregado do inquérito.
- B) quatro horas consecutivas, sendo-lhe facultado o descanso de meia hora, sempre que tiver de prestar declarações além daquele termo. O depoimento que não ficar concluído às dezoito horas será encerrado, para prosseguir no dia seguinte, em hora determinada pelo encarregado do inquérito.
- C) duas horas consecutivas, sendo-lhe facultado o descanso de meia hora, sempre que tiver de prestar declarações além daquele termo. O depoimento que não ficar concluído às dezoito horas será encerrado, para prosseguir no dia seguinte, em hora determinada pelo encarregado do inquérito.
- D) duas horas consecutivas, sendo-lhe facultado o descanso de uma hora, sempre que tiver de prestar declarações além daquele termo. O depoimento que não ficar concluído às dezoito horas será encerrado, para prosseguir no dia seguinte, em hora determinada pelo encarregado do inquérito.
- E) duas horas consecutivas, sendo-lhe facultado o descanso de uma hora, sempre que tiver de prestar declarações além daquele termo. O depoimento que não ficar concluído às dezessete horas será encerrado, para prosseguir no dia seguinte, em hora determinada pelo encarregado do inquérito.

51. O inquérito deverá terminar em:

- A) trinta dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de sessenta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.
- B) trinta dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de quarenta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.
- C) vinte dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de trinta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.
- D) vinte dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de sessenta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.
- E) vinte dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de quarenta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.

52. Com relação à “Deserção de Oficial”, prevista no Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta.
- A) O oficial desertor será reformado, permanecendo nessa situação ao apresentar-se ou ser capturado, até decisão transitada em julgado.
 - B) Recebido o termo de deserção e demais peças, o Juiz-Auditor mandará autuá-los e dar vista do processo por três dias, ao Procurador, podendo este requerer o arquivamento, ou que for de direito, ou oferecer denúncia, se nenhuma formalidade tiver sido omitida, ou após o cumprimento das diligências requeridas.
 - C) Recebido o termo de deserção e demais peças, o Juiz-Auditor mandará autuá-los e dar vista do processo por dois dias, ao Procurador, podendo este requerer o arquivamento, ou que for de direito, ou oferecer denúncia, se nenhuma formalidade tiver sido omitida, ou após o cumprimento das diligências requeridas.
 - D) Transcorrido o prazo para consumir-se o crime de deserção, o comandante da unidade, ou autoridade correspondente ou ainda a autoridade superior, fará lavrar o termo de deserção circunstanciadamente, inclusive com a qualificação do desertor, assinando-o com duas testemunhas idôneas, publicando-se em boletim ou documento equivalente, o termo de deserção, acompanhado da parte de ausência.
 - E) Recebido o termo de deserção e demais peças, o Juiz-Auditor mandará autuá-los e dar vista do processo por sete dias, ao Procurador, podendo este requerer o arquivamento, ou que for de direito, ou oferecer denúncia, se nenhuma formalidade tiver sido omitida, ou após o cumprimento das diligências requeridas.
53. A polícia judiciária militar é exercida pelas seguintes autoridades, conforme as respectivas jurisdições:
- A) pelos ministros da Justiça, Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em todo o território nacional e fora dele, em relação às forças e órgãos que constituem seus Ministérios, bem como a militares que, neste caráter, desempenhem missão oficial, permanente ou transitória, em país estrangeiro.
 - B) pelos ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em todo o território nacional e fora dele, em relação às forças e órgãos que constituem seus Ministérios, bem como a militares que, neste caráter, desempenhem missão oficial, permanente ou transitória, em país estrangeiro.
 - C) pelos ministros da Justiça, Marinha, do Exército e da Aeronáutica, apenas no território nacional e fora dele, em relação às forças e órgãos que constituem seus Ministérios, bem como a militares que, neste caráter, desempenhem missão oficial, permanente ou transitória, em país estrangeiro.
 - D) pelos ministros da Justiça, Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em todo o território nacional e fora dele, em relação às forças e órgãos que constituem seus Ministérios, bem como a militares que, neste caráter, desempenhem missão oficial, apenas transitória, em país estrangeiro.

- E) pelos ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, apenas no território nacional e fora dele, em relação às forças e órgãos que constituem seus Ministérios, bem como a militares que, neste caráter, desempenhem missão oficial, permanente ou transitória, em país estrangeiro.

54. A competência do foro militar será determinada, de modo geral:

- A) pelo posto ou graduação do acusado, pelo lugar da infração, pela residência ou domicílio do acusado e pela prevenção.
- B) pelo posto ou graduação do acusado, por ordem judicial, pela residência ou domicílio do acusado e pela prevenção.
- C) pelo posto ou graduação do acusado, pelo lugar da infração e pela prevenção, apenas.
- D) pelo lugar da infração, pela residência ou domicílio do acusado e pela prevenção, apenas.
- E) pelo lugar da infração, por ordem judicial, pela residência ou domicílio do acusado e pela prevenção.

Segurança Pública

55. Assinale a alternativa que apresenta os itens corretos com relação aos “Princípios do Policiamento Comunitário”.

- 1) Filosofia e Estratégia Organizacional – a base desta filosofia é a comunidade. Para direcionar seus esforços, a Polícia busca ideias pré-concebidas, junto às comunidades, os anseios e as preocupações das mesmas, a fim de traduzi-las em procedimentos de segurança.
- 2) Construção do Futuro – deve-se oferecer à comunidade um serviço policial centralizado e personalizado, com endereço certo. A ordem não deve ser imposta de fora para dentro, mas as pessoas devem ser encorajadas a pensar na polícia como um recurso a ser utilizado para ajudá-las a resolver problemas atuais de sua comunidade.
- 3) Ajuda às pessoas com Necessidades Específicas – valorizar as vidas de pessoas mais vulneráveis: jovens, idosos, minorias, pobres, deficientes, sem teto etc. Isso deve ser um compromisso inalienável do Policial Comunitário.
- 4) Ética, Legalidade, Responsabilidade e Confiança – o Policiamento Comunitário pressupõe um novo contrato entre a polícia e os cidadãos aos quais ela atende, com base no rigor do respeito à ética policial, da legalidade dos procedimentos, da responsabilidade e da confiança mútua que devem existir.

Estão corretas, apenas:

- A) 1 e 3.
- B) 2 e 4.
- C) 1 e 4.
- D) 3 e 4.
- E) 1 e 2.

56. O “Policiamento Comunitário” exige uma abordagem plenamente integrada, envolvendo toda a organização. É fundamental a reciclagem de seus cursos e respectivos currículos, bem como de todos os seus quadros de pessoal. É uma mudança que se projeta para:
- A) 10 ou 15 anos.
 - B) 01 ou 05 anos.
 - C) 02 ou 05 anos.
 - D) 05 ou 08 anos.
 - E) 03 ou 08 anos.
57. São características da “Polícia Tradicional”, EXCETO:
- A) a função do comando é prover os regulamentos e as determinações que devam ser cumpridas pelos policiais.
 - B) o policial é do serviço.
 - C) a Polícia é uma agência governamental responsável, particularmente, pelo cumprimento da Lei.
 - D) as patrulhas são distribuídas conforme o pico das ocorrências.
 - E) a eficácia da polícia é medida pela ausência de crime e de desordem.
58. Os quatro grandes grupos de estratégias de policiamento que têm sido caracterizados, durante os últimos 50 anos, são:
- A) Policiamento territorial, Policiamento estratégico, Policiamento orientado para o problema e Polícia comunitária.
 - B) Combate profissional do Crime ou Policiamento Tradicional, Policiamento estratégico, Policiamento orientado para o problema e Polícia comunitária.
 - C) Combate profissional do crime ou Policiamento tradicional, Policiamento estratégico, Policiamento territorial e Polícia comunitária.
 - D) Combate profissional do crime ou Policiamento tradicional, Policiamento estratégico, Policiamento orientado para o problema e Policiamento territorial.
 - E) Policiamento tradicional, Policiamento territorial, Policiamento orientado para o problema e Polícia comunitária.
59. São funções do “Policial Comunitário”, EXCETO:
- A) ronda constante.
 - B) contatos com lideranças locais.
 - C) reunir informações.
 - D) policiamento centralizado.
 - E) coordenar e intermediar serviços e ações de outras instituições.
60. A estratégia administrativa que orientou mundialmente o policiamento a partir de 1950 e que, no Brasil, ainda orienta a maioria das polícias, de todas as unidades federativas, é sintetizada pela frase que nomeia essa estratégia: “Combate Profissional do Crime ou Policiamento Tradicional”. Ela tem como principais características:
- A) foco direto sobre o controle do crime como sendo a missão central da polícia, e só da polícia, Unidades centralizadas e definidas mais pela função do que geograficamente e altos investimentos (orçamentários e de pessoal) em tecnologia e treinamento.
 - B) foco direto sobre o controle do crime como sendo a missão central da polícia, e só da polícia, Unidades descentralizadas e definidas mais pela função do que geograficamente e altos investimentos (orçamentários e de pessoal) em tecnologia e treinamento.
 - C) foco direto sobre o controle do crime como sendo a missão central da polícia, e só da polícia, Unidades descentralizadas e definidas mais geograficamente do que pela função e altos investimentos (orçamentários e de pessoal) em tecnologia e treinamento.
 - D) foco direto sobre o controle do crime como sendo a missão central da polícia, e só da polícia, Unidades descentralizadas e definidas mais geograficamente do que pela função e baixos investimentos (orçamentários e de pessoal) em tecnologia e treinamento.
 - E) foco direto sobre o controle do crime como sendo a missão central da polícia, e só da polícia, Unidades centralizadas e definidas mais pela função do que geograficamente e baixos investimentos (orçamentários e de pessoal) em tecnologia e treinamento.